

[NOTÍCIAS](#)

Sob Bolsonaro, “congelamento” de propriedades na Amazônia cai 85%

Estudo da UFMG mostra que embargo de fazendas e empresas, motor da queda no desmatamento, voltou em 2020 ao patamar de 2004, apesar de presença do Exército

[FAKEBOOK.ECO](#)

· 15 de junho de 2021

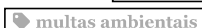


Ao ter área embargada, proprietário fica impedido de vender produtos do local onde ocorreu o dano ambiental. Foto: Marcio Isensee e Sá.

Publicado originalmente por [Fakebook.eco](#)

[FAKEBOOK.eco](#)

 ibama

 multas ambientais

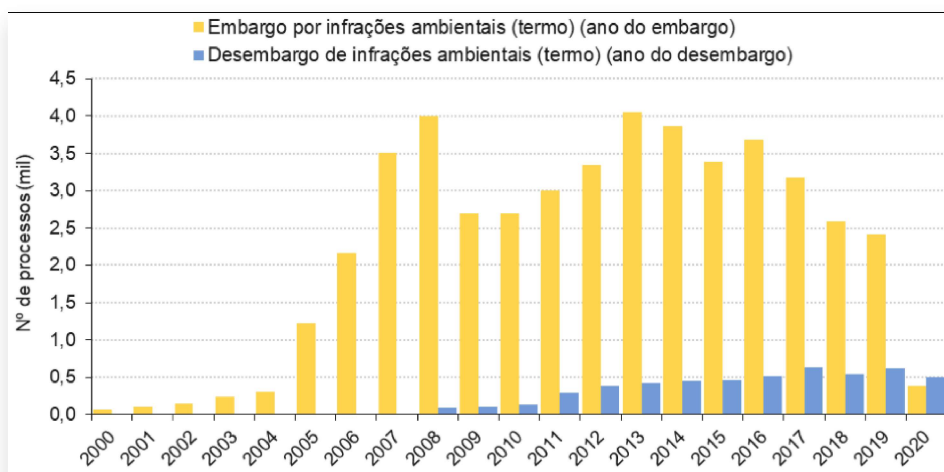
Além da queda histórica das multas ambientais em 2020 e da maior taxa de desmatamento em 12 anos, o número de desembargos realizados pelo

Ibama superou pela primeira vez o de embargos, revela estudo de pesquisadores da UFMG divulgado nesta segunda-feira (14).

Sob Jair Bolsonaro, o total de embargos nos nove Estados da Amazônia caiu 85% no ano passado em relação a 2018. Foram registrados 2.589 embargos no último ano do governo Temer, 2.413 em 2019 e apenas 385 em 2020. Isso ocorreu apesar do “reforço” de mais de 3 mil militares na Amazônia a partir de maio de 2020, durante a operação Verde Brasil 2.

O embargo de áreas desmatadas é considerado uma das medidas mais eficazes de combate ao desmatamento por causar restrição econômica imediata ao infrator. Ao ter uma área embargada, o proprietário rural fica impedido de vender produtos derivados do local onde ocorreu o dano ambiental.

Ele foi determinante para a queda acelerada da taxa de desmatamento a partir de 2007, quando um [decreto presidencial](#) determinou embargo de propriedades com desmatamento em municípios críticos da Amazônia – no ano seguinte, o Banco Central determinou corte de crédito rural para essas áreas.



Embargos e desembargos por infrações ambientais nos estados da Amazônia Legal (Fonte: Ibama, 2021). (i) Os embargos referem-se a todas as infrações ambientais e não apenas aquelas contra a flora. (ii) Não há dados disponíveis para desembargos que ocorreram entre 2000 e 2007.

A análise da UFMG também revela que, após mudanças de normas impostas pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, a quantidade de julgamentos de processos por desmatamento na Amazônia caiu de uma média de 5.300 anuais entre 2014 e 2018 para apenas 113 em 2019 e 17 em 2020.

De acordo com o estudo, foram lavrados na Amazônia em média 4.620 autos anuais por infrações contra a flora no período 2012-2018. Já em 2019 e 2020 a média foi de 2.610, uma queda de 43,5%, apesar do aumento das

taxas de desmatamento no mesmo período.

Essa redução poderia ser em parte explicada pelas restrições orçamentárias e, em 2020, pela pandemia de Covid-19. “Porém, se considerarmos os investimentos adicionais em fiscalização realizados por intermédio da Operação Verde Brasil e a possibilidade de realizar multas e embargos remotamente, torna-se indefensável a redução tão drástica observada no número de multas e embargos nos últimos dois anos”, apontam os pesquisadores.

Eles destacam que a queda proporcionalmente maior dos embargos “é preocupante, pois indica a adoção de uma estratégia de fiscalização que evita causar sanções econômicas imediatas para os infratores”.

“A fiscalização dos crimes ambientais e a redução da impunidade foi um edifício normativo construído com cuidado durante anos. E agora usa-se o conhecimento da planta desse edifício para implodi-lo, retrocedendo exatamente nos pontos que geraram resultados positivos no passado”, diz Raoni Rajão, autor principal do estudo.

A suposta interferência nos setores de fiscalização e de julgamentos do Ibama é um dos focos da investigação da Polícia Federal (PF) que resultou, em 19 de maio, na busca e apreensão contra o ministro Ricardo Salles e no afastamento de dez servidores do ministério e do Ibama, entre eles o presidente do Instituto, Eduardo Bim, toda a cúpula da fiscalização e o assessor especial de Salles Leopoldo Butkiewicz.

Trocas de mensagens reveladas pelo jornal [Folha de S.Paulo](#) indicam que Butkiewicz interveio diretamente em favor de autuados. Em 26 de março, o instituto liberou uma área de 485 hectares em Mato Grosso que havia sido embargada em 2008, 24 dias após o assessor ter atuado para que isso ocorresse, segundo a reportagem.

A análise da UFMG também aponta que o quadro atual de 591 fiscais do Ibama representa déficit de 55% em relação a 2010, quando havia 1.311 servidores na área de fiscalização. Em todo o instituto há 2.311 cargos vagos – o último concurso foi realizado em 2012 para setores administrativos e de licenciamento ambiental.

Rajão e seus colegas Jair Schmitt, Felipe Nunes e Britaldo Soares-Filho apontam que o desmonte dos órgãos ambientais é “profundo” e resulta em impunidade. Eles alertam que não basta recompor o orçamento para fiscalização ou realizar uma nova operação com apoio das Forças Armadas e policiais. “Sem uma reestruturação das normas infralegais, com a extinção do núcleo de conciliação (criado por Salles) e a descentralização dos julgamentos, até mesmo um aumento no número de autos de infração

poderá ter efeito inócuo no controle do desmatamento. Também será necessária a nomeação de gestores técnicos e experientes, de modo a tornar as ações de fiscalização mais efetivas, e retomar a estratégia de descapitalização dos infratores, com destruição de equipamentos, apreensão de gado e realização de embargo nas áreas desmatadas ilegalmente.”

O estudo completo pode ser acessado [aqui](#).

Comentários 



[Fakebook.eco](#)

Fakebook.eco é uma iniciativa do Observatório do Clima, rede de organizações da sociedade civil. →

Leia também



[REPORTAGENS](#) 8 de junho de 2021

[Sanção ambiental está mais complexa, frágil e sujeita a controle político, diz relatório](#)

Documento divulgado pela organização Climate Policy Initiative compila e expõe fragilidades das mudanças introduzidas por Bolsonaro na aplicação de multas ambientais no país →

[CRISTIANE PRIZIBISZKI](#)



[NOTÍCIAS](#) 11 de maio de 2021

[Servidor que relatou ineficiência no Ibama denuncia ameaças feitas por assessor de Salles](#)

Hugo Ferreira foi impedido de copiar documentos do computador onde trabalhava e sofreu ameaças após escrever um relatório para o TCU. Servidor denunciou o ato à corregedoria do Ibama →

[DANIELE BRAGANÇA](#)



[NOTÍCIAS](#) 21 de abril de 2021

[Governo paralisa \(de novo\) fiscalização ambiental, denunciam servidores](#)

Instrução Normativa publicada na semana passada retira autonomia de ação dos fiscais do Ibama e ICMBio, aumenta burocracia e favorece infratores →

[DANIELE BRAGANÇA](#)

Mais de ((o))eco

[Multas Amb...](#)

[REPORTAGENS](#)

[Sanção ambiental está mais complexa, frágil e sujeita a controle político, diz relatório](#)

[NOTÍCIAS](#)

[Ibama](#)

[REPORTAGENS](#)

[Sanção ambiental está mais complexa, frágil e sujeita a controle político, diz relatório](#)

[NOTÍCIAS](#)

[Amazônia](#)

[REPORTAGENS](#)

[Relatório mostra que 99,8% dos desmatamentos no Brasil em 2020 foram ilegais](#)

[REPORTAGENS](#)



[Política](#)

[NOTÍCIAS](#)

[Cai superintendente do Amazonas que pediu investigação contra Salles](#)

[SALADA VERDE](#)